



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO

ALFREDO FALAMINO BARROSO, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO, faz saber que em reunião da Assembleia Municipal de Redondo, realizada no dia **16 de novembro de 2016**, foi aprovada, por maioria e em minuta, a moção, apresentada pela CDU e que de seguida se transcreve:

“MOÇÃO - É URGENTE REDUZIR ESTA CALAMIDADE

O **Grupo Municipal do PCP/Redondo**, eleito pela Coligação Democrática Unitária/CDU na Assembleia Municipal de Redondo, impressionado e não conformado com a repetição, ano após ano, da monumental tragédia em que se transformam os incêndios florestais vem:

- manifestar a sua solidariedade para com as populações afetadas por esta terrível calamidade;
- manifestar o apreço pelo incansável, corajoso e abnegado trabalho que milhares de bombeiros, profissionais e voluntários, e outros intervenientes realizam até à exaustão e limite das suas capacidades, correndo risco de vida, como tantas vezes já aconteceu, para minimizar os devastadores efeitos desta catástrofe, provocada por milhares de incêndios, na época que começa a 15 de maio e termina a 15 de outubro, sobretudo na denominada "fase Charlie", entre 01 de julho e 30 de setembro.
- manifestar a indignação, pelo facto de no campo cultural, tanto a Ilha da Madeira como os Passadiços do Paiva, tenham sido vítimas de tão desoladora calamidade, numa altura em que foram reconhecidos internacionalmente com a atribuição dos “óscars do Turismo “como o melhor destino insular e como o melhor projeto de desenvolvimento turístico, respetivamente, pelo “World Travel Awards”

O **Grupo Municipal do PCP/Redondo** faz eco das opiniões e estudos realizados sobre o assunto e que identificam como causas imediatas deste flagelo:

- desinvestimento na prevenção;
- desordenamento ou políticas de ordenamento florestal erradas;
- falta de limpeza das matas;
- escassez dos meios permanentes e dos meios especiais de combate aos fogos;

E como causas mais determinantes:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO

- ausência de políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura, aos pequenos e médios agricultores e produtores florestais;
- o sistemático afrontamento das comunidades dos baldios;
- a destruição da agricultura familiar;
- a desertificação do interior, incentivada pela falta de atividade produtiva com garantia de rendimento para os produtores e a eliminação de serviços públicos (em particular, escolas e serviços de saúde), acentuada no mandato dos anteriores Governos;
- a necessidade da separação dos serviços florestais dos serviços de conservação da natureza, uma fusão que somente serviu para desresponsabilizar o Estado do papel fundamental que deve ter na defesa e conservação deste património fundamental do nosso País, tenha ele natureza pública ou privada; (*)
- a legislação que impõe a extinção da carreira de Guarda-Florestal e impede subsequentemente o recrutamento de novos efectivos para a carreira. Os actuais 317 Guardas-Florestais integrados no SEPNA/GNR (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente / GNR), são manifestamente insuficientes para a área florestal que deve ser policiada e fiscalizada, bem como para as restantes funções de investigação das causas dos fogos florestais, de validação das áreas ardidas, de fiscalização das atividades cinegética e da pesca.

Os governos só falam de incêndios nos meses críticos e exclusivamente sobre a resposta operacional. Este ano não foi exceção. O Ministério da Administração Interna informou que o dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF) teria um orçamento superior a 70 milhões de euros, e um envolvimento total de 9.708 operacionais, 2.235 equipas, 2.043 viaturas e 47 meios aéreos.

Na opinião do **Grupo Municipal do PCP/Redondo** os 70 milhões de euros deste ano e os milhões de euros dos anos anteriores deveriam ter uma aplicação de carácter mais preventivo, que defendesse mais as nossas florestas e contribuísse para colocar menos em risco bens patrimoniais e sobretudo as vidas dos nossos corajosos bombeiros, populações e de todos os que combatem os incêndios

Para o **Grupo Municipal do PCP/Redondo** o combate deste maldito flagelo passa

- pela reestruturação e adequação legislativa;
- pelo aumento da capacidade de reflorestação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO

- pela criação de equipas de prevenção de incêndios florestais, em janeiro de cada ano;
- pela criação de um órgão de fiscalização “Guardas florestais” que garantisse e contribuísse para o cumprimento da lei;
- pela criação duma rede nacional de pontos de água, com fiscalização e manutenção regulares;
- pela criação, em locais considerados de difícil acesso, de mecanismos de armazenamento e projeção de água;
- pela informação à população sobre formas de agir e contribuir para minorar os riscos;
- pela criação de incentivos à fixação das pessoas no interior;
- e pela criação de um grupo de trabalho nacional, intersectorial e pluridisciplinar, para apresentar até 31 de dezembro, um plano operacional de prevenção de incêndios e a definição de uma estratégia para um ordenamento florestal, com mecanismos de prevenção e contenção de incêndios, como aceiros, espécies mais resistentes ou redução do combustível.

O **Grupo Municipal do PCP/Redondo** propõe que todos os órgãos autárquicos dos concelhos e freguesias afetados pelos incêndios aprovelem também a presente moção e a enviem para os órgãos abaixo referidos, de forma a criar uma corrente de preocupação que motive a reanálise das formas de tentar reduzir a esta calamidade.

Redondo, aos 28 de novembro de 2016

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ALFREDO FALAMINO BARROSO